

Segregação socioespacial metropolitana e ensino superior: o caso da Universidade Estácio de Sá.

5- Dinâmica Urbana
Emílio Reguera Rua
Fundação Osório
Brasil
emilio.rua@ig.com.br

Resumo

Este trabalho fará a articulação, no plano empírico e teórico, dos condicionantes que, a princípio, são colocados pela escala local, mas não se circunscrevem a ela. A atuação do Estado é um dos elementos-chave para a compreensão do processo de expansão das universidades privadas. Todavia, restringir exclusivamente à escala nacional a reflexão acerca dessa expansão, corresponde a perder de vista a dimensão do espaço social, valorizada na reflexão de Lefebvre (1991), uma vez que para este autor o espaço social “é uma realidade ao mesmo tempo formal e material” (p.85). Dessa forma, o conteúdo ideológico e as condições concretas de existência das várias frações de classe que habitam e consomem o espaço são elementos que não se podem perder de vista ao empreender-se a análise da escala local.

Assim, os mapas utilizados ilustrarão a variabilidade das condições de poder aquisitivo na Baixada Fluminense (Mapas 1C e 1D) - estudo orientado por Ribeiro (2004) – permitindo ultrapassar as barreiras impostas pelas médias estatísticas ilustradas nos mapas dos órgãos de governo (IBGE, CIDE), que trabalham com médias estatísticas generalizantes (IDH, renda per capita) restringindo o olhar a uma análise meramente análise quantitativa, inspiradas no espaço abstrato de que fala Lefebvre, para prover o espaço de análise qualitativa, através da qual compreender-se-á a concretude da manifestação do fenômeno de expansão da UNESA para a Baixada Fluminense.

Palavras-chave: Ensino Superior; Baixada Fluminense; UNESA.

Segregação socioespacial metropolitana e ensino superior: o caso da Universidade Estácio de Sá

Este texto apresentará o conjunto de dados empíricos sobre a expressão quantitativa da expansão das universidades privadas para, em seguida, focar-se na UNESA. Inicia-se essa incursão através de dados mais gerais, cujo nível de agregação é o do Estado do Rio de Janeiro. Dessa maneira serão apresentadas tabelas comparativas da expansão das universidades privadas num período relativamente curto: 1999 a 2002.

Os dados quantitativos revelam, de antemão, realidades qualitativas, quais sejam a das rápidas inflexões políticas que culminaram no aumento do número de *campi* das universidades privadas no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Tendo em vista que a promulgação da LDB de 1996 completou 12 anos, os fatos precursores da expansão já estavam inscritos em períodos anteriores. Já em fins dos anos sessenta estavam sendo orquestradas medidas facilitadoras da implementação de novos *campi*. Fato é que a universidade privada não é algo novo no Brasil. Não obstante, as mudanças mais recentes na orientação de objetivos e no próprio entendimento da importância e papel a ser desempenhado pelo ensino superior fizeram desse crescimento algo maior que em fases anteriores. Em documento oficial, o ANDES-SN (2003) externa preocupação com as rápidas transformações porque passam as universidades brasileiras:

O regime jurídico, que regulamenta o ensino particular e as condições pedagógicas exigidas pelo MEC, longe de assegurar condições mínimas para o desempenho das atividades acadêmicas, estimula os investimentos privados e a lucratividade no ensino. Sob a forma legal de instituições sem fins lucrativos, as entidades mantenedoras estão sendo sustentadas pelos cursos pagos e constituem um interessante campo empresarial relevado nos investimentos patrimoniais, pagamento de salários elevados e a seus dirigentes e outras manipulações contábeis. Apesar de a educação ser uma concessão de serviço público às instituições ou escolas particulares, o Ministério da Educação não tem exercido a vigilância devida sobre esse privilégio. A transformação de muitas dessas instituições em universidades criou uma nova armadilha. Como universidades, elas possuem agora autonomia. Não se trata, porém, da autonomia garantida pela Constituição Federal e defendida pelo ANDES-SN, mas autonomia para demitir e para não cumprir programas e projetos de pesquisa. Ainda que algumas instituições privadas venham investindo um pouco mais em pesquisa e na melhoria do ensino, essas universidades, de um modo geral, usam essa autonomia para receber dinheiro público e transferir capital social para os cofres privados. Uma forma de transferência de recursos públicos para as IES privadas é o empréstimo de prédios públicos (escolas de educação básica) para o funcionamento das faculdades.

A situação descrita é conseqüência direta da omissão do Estado no estabelecimento de normas para o ensino superior e da ausência de

controle de sua qualidade, o que favorece de forma definitiva o processo de privatização. Assim, gerou-se no setor particular da educação superior um quadro marcado pela inexistência de condições mínimas de trabalho, pesquisa e ensino. Dados do MEC/SeSu mostram que a rede particular, mesmo abrangendo cerca de três quartos do número de matrículas, emprega apenas 42% dos docentes da rede de ensino superior e contribui com apenas cerca de 2% da pesquisa e pós-graduação.

Os docentes da rede particular continuam na sua imensa maioria a defrontar-se com a inexistência de uma carreira do magistério, ausência de estabilidade no emprego e um regime de trabalho fundamentado na atividade hora-aula. Os baixos níveis salariais têm sido agravados pela elevada rotatividade de mão-de-obra no setor e contínua pressão patronal frente às tentativas de organização e participação dos docentes. Apesar desta realidade, vale ressaltar o imenso esforço que tem sido feito pelos docentes das instituições particulares de ensino superior – IPES, no sentido de concretizar um trabalho de qualidade que, por sua vez, é apropriado pelos empresários do ensino numa busca desenfreada por maiores lucros (p.14).

Tabela 1.1.1. - Instituições de Curso Superior - ERJ - Ano = 1999

Cat. Adm.	Localização	Total	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]
Comunitária, Confissional e Filantrópica	Capital	28	5	1	3	19	-	-
	Interior	34	7	3	5	19	-	-
	Total	62	12	4	8	38	-	-
Particular	Capital	11	-	2	1	8	-	-
	Interior	16	-	1	1	14	-	-
	Total	27	-	3	2	22	-	-

Fonte: MEC/INEP

(1) Universidade; (2) Centro Universitário;

(3) Faculdades Integradas; (4) Faculdades;

(5) Instituto/Escola Superior;

(6) Centro de Educação Tecnológica

A comparação dos dados das tabelas 1.1.1 e 1.1.2 aponta para o crescimento no total de IES particulares no ERJ (27, em 1999, e 49, em 2002). No mesmo período, verifica-se diminuição no total no número de IES comunitárias, confessionais e filantrópicas (62, em 1999 e 52, em 2002).

Quanto às categorias de IES privadas, as que obtiveram aumento foram: Centros Universitários (de 3, em 1999, para 6, em 2002), Faculdades Integradas (de 2, em 1999, para 5, em 2002) e Faculdades (de 22, em 1999, para 38, em 2002).

Em contrapartida, no que tange às IES comunitárias, confessionais e filantrópicas, a situação manteve-se estacionária para as Universidades (12) e os Centros Universitários (4). No entanto, houve decréscimo no número de *campi* para o caso das

Faculdades Integradas (de 8, em 1999, para 5, em 2002) e Faculdades (de 38, em 1999, para 27, em 2002).

É possível que algumas IES tenham mudado de categoria no período considerado, fato este que pode mascarar os dados. No entanto um ponto é importante: tais mudanças no caráter jurídico vieram a reboque de todas as mudanças operadas no arcabouço jurídico.

MAPA 1A

Localização dos *campi* da Universidade Estácio de Sá - 2005



Outro dado relevante é o do surgimento de quatro Institutos Superiores de Educação no interior do Estado. O surgimento destes reflete a exigência posta na LDB de 1996 de que qualquer profissional de educação do primeiro segmento deveria ser portador de diploma de curso superior até o ano de 2006, tal como previsto nos artigos 62 e 63 da LDB 9394/96.

A tabela 1.1.2. traz uma informação importante: em 2002 existiam 101 instituições de educação superior no ERJ, contra 89 em 1999. E, ao visualizar-se o mapa 1A, apenas uma delas (a UNESA) detinha 39 *campi* no ERJ. Esses números nos fornecem duas informações confirmadas empiricamente: (i) a grande profusão de novas instituições de educação superior (12, em apenas um período de três anos) para o ERJ e; (ii) abertura de novos *campi* de algumas dessas instituições de ensino superior, na qual a UNESA é o caso mais emblemático.

Tabela 1.1.2. - Instituições de Curso Superior - ERJ - Ano = 2002

Cat. Adm.	Localização	Total	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]
Comunitária, Confessional e Filantrópica	Capital	27	7	3	2	15	-	-
	Interior	25	5	1	3	12	4	-
	Total	52	12	4	5	27	4	-
Particular	Capital	29	-	3	4	22	-	-
	Interior	20	-	3	1	16	-	-
	Total	49	-	6	5	38	-	-

Fonte: MEC/INEP

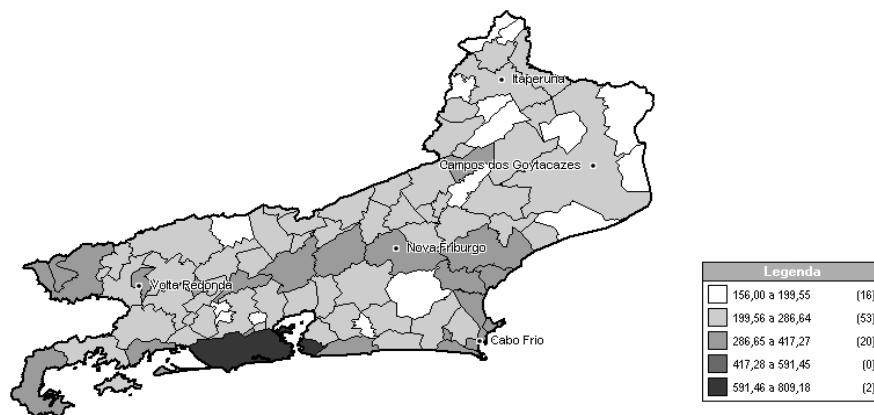
- (1) Universidade; (2) Centro Universitário;
 (3) Faculdades Integradas;(4) Faculdades;
 (5) Instituto/Escola Superior;
 (6) Centro de Educação Tecnológica

Observação: A UNESA deixa de ser privado-filantrópica para tornar-se exclusivamente privada no ano de 2004, a fim de aproveitar as vantagens trazidas pelo PROUNI – Projeto Universidade para Todos, lançado no governo Lula. (MEC/INEP, 2004).

Depreende-se da tabela 1.1.3. que, dos 39 *campi* estaduais, 32 concentram-se na Região Metropolitana e 25 no Município-Sede do ERJ. Ao comparar os dados da tabela anteriormente referenciada com o mapa 1B, pode-se inferir a possibilidade da renda *per capita* ser variável relevante para explicar a razão de mais de 50% dos *campi* estarem concentrados no Município-Sede.

MAPA 1B

Mapa da renda per capita, 2000
Municípios do Estado do Rio de Janeiro



Os municípios de Petrópolis e Nova Friburgo apresentam, respectivamente, 2 e 1 *campus*. É possível que o mesmo fator (a média renda *per capita*) esteja exercendo importância na localização desses três *campi*, tendo em vista que os municípios

supracitados estão na faixa mediana de renda *per capita* do mapa 1B (entre 286,65 e 417, 27). A mesma lógica pode se estender aos *campi* localizados em Macaé, Cabo Frio e Resende (todos na mesma faixa de renda que Petrópolis e Nova Friburgo).

Tabela 1.1.3. Campi da UNESA por regiões de governo – ERJ - 2005

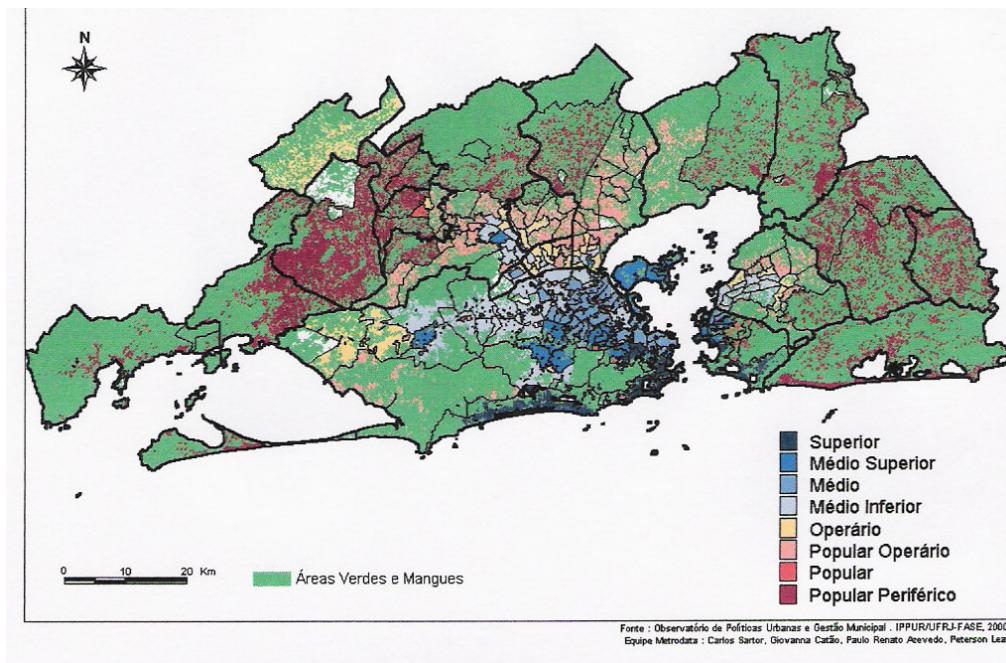
Região Metropolitana	32
Região Noroeste Fluminense	0
Região Norte Fluminense	2
Região Serrana	3
Região das Baixadas Litorâneas	1
Região do Médio Paraíba	1
Região Centro-Sul Fluminense	0
Região do Litoral Sul Fluminense	0
Município-sede	25

Fonte: Site da UNESA (www.estacio.br), 2005

(1) Para efeitos de agrupamento de dados adotou-se a divisão regional da Fundação CIDE

MAPA 1C

Estrutura sócio- espacial na MetrÓpole do Rio de Janeiro (1991)



Os mapas 1C e 1D fazem parte do estudo realizado por Ribeiro (2004) e integram o conjunto de indagações desenvolvidas pelo autor sobre se a metrÓpole carioca é desigual ou fragmentada. Para tanto, valem-se de tipologias para classificar a diversidade sócio- espacial intra-urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse sentido, os referidos mapas tornam-se preciosos, pois captam a complexidade do

fenômeno das desigualdades (ou dualidades). Ainda que não se aproprie diretamente do tema de discussão colocado pelo autor supracitado, o estudo empírico por ele desenvolvido servirá como referencial comparativo para o fenômeno da segmentação sócio-espacial do poder aquisitivo para o espaço intrametropolitano da Baixada Fluminense.

As informações do Atlas de Desenvolvimento Humano apresentavam com dados muito agregados. Isso não permitia realizar maiores inferências a respeito da complexidade do fenômeno das classes de poder aquisitivo, ou ainda, dos estratos de renda dentro do conjunto da população da região aqui analisada. Em muitos casos, ao produzirem-se os mapas sobre classe de poder aquisitivo ou renda *per capita* de um quinto da parcela mais abastada dos municípios da Baixada Fluminense, obtinha-se um mapa com pouca ou nenhuma representatividade para efeito da análise do nosso estudo.

Ao desagregar os dados em unidades espaciais menores, tem-se a dimensão do fenômeno da repartição das classes de poder aquisitivo num espaço relativamente restrito. Ao proceder sobre a agregação dos dados, os órgãos oficiais acabam por mascarar a realidade da profunda desigualdade social que marca o Brasil. Portanto, a tipologia utilizada no referido estudo, partindo da estrutura sócio-espacial, classifica a realidade intrametropolitana em: superior¹, médio superior², médio³, médio inferior⁴, operário⁵, popular-operário⁶, popular⁷ e popular periférico⁸.

¹ Para Ribeiro (ibid., p. 15) os espaços superiores são caracterizados por concentrarem fortemente a elite dirigente: 60,8% dos empresários, 67,5% dos dirigentes do setor privado, 80,3% dos dirigentes do setor público e 76,1% dos profissionais liberais. O peso da elite dirigente está expresso pela densidade relativa alcançada; 5 a 7 vezes superior ao que se verifica no conjunto da estrutura social da região metropolitana. A elite intelectual tem também importante presença nos espaços superiores, pois estes concentram 43,7% dos profissionais de nível superior empregados representando uma densidade relativa 4,1 a 3,6 vezes superior ao peso dessas categorias na estrutura social da metrópole. Ao lado das elites dirigente e intelectual, os espaços superiores também são caracterizados pela importante presença dos pequenos empregadores, dos empregados de supervisão e dos técnicos e artistas. As elites, os pequenos empregadores e as frações superiores da classe média, conjuntamente, representam 55,3% dos ocupados que moram nos espaços superiores.

² Os espaços médios-superiores têm composição social próxima à dos espaços superiores, porém com maior grau de mistura. Diminui o peso das elites dirigente e intelectual e dos pequenos empregadores, que representam 37% dos ocupados. A classe média, por sua vez, representa 39% dos ocupados, e aumenta a presença das frações menos qualificadas dos empregados de escritório, dos empregados da segurança, da justiça e dos correios e dos empregados da saúde e da educação. Aumenta também a presença das categorias populares (36,6%), em razão do maior peso das frações operárias e dos empregados do comércio (Ibid., p.16).

³ Nos espaços médios cai muito fortemente a presença das elites dirigente e intelectual, permanece inalterado o peso da classe média e aumenta o grau de mistura social pelo aumento do proletariado terciário e do operariado (Ibid, p. 16).

⁴ Os espaços médios-inferiores constituem a fronteira entre as duas pontas da estrutura sócio-espacial da metrópole fluminense. Neles, o conjunto das categorias operárias e subproletárias atingem densidades relativas superiores a 100, o que significa dizer que passam a estar sobre-representados, com destaque para os operários da indústria moderna e dos serviços auxiliares da economia. Há diminuição da classe

Como desdobramento da classificação do mapa 1C, produziu-se o mapa 1D, que ilustra a evolução da estrutura sócio-espacial na Metrópole do Rio de Janeiro, permitindo-lhe inserir os seguintes diagnósticos para os diversos espaços fragmentados: elitização forte, elitização moderada, terceirização superior, terceirização inferior. O período considerado para essa comparação foi o de 1980-1991 plotando-se áreas individualizadas e homogêneas ao mapa que facilitam a rápida visualização das áreas em questão e da correlação entre o fenômeno de concentração de renda e a localização dos novos *campi* da UNESA.

Ribeiro (2004) alerta para o fato de que:

Essas descrições de uma cidade globalmente fraturada e diferenciada em lógicas de ocupação do território e em tipos sócio-espaciais que se justapõem não têm coincidido com outras análises (VELTZ, 1996; PRETECEILLE, 1993). Ao contrário, tem-se observado que os espaços das cidades que estão no centro da globalização e da reestruturação produtiva tornam-se verdade globalmente mais homogêneos, quando o examinamos na escala macro, e simultaneamente mais fraturados, quando o fazemos na escala micro. As macrodiferenças que caracterizavam o território da cidade fordista, por exemplo, núcleo X periferia, são substituídas por micros e contrastantes diferenças que estão em todas as partes, transformando-o em espaço fractal, isto é, em que as desigualdades e as diferenças estão reproduzidas em todo o território da cidade. As hierarquias entre os pedaços da cidade tornam-se cada vez menos graduais e contínuas, menos descritíveis pela imagem de um modelo de gradiente de desigualdades e diferenças. Esse fato seria o resultado de uma evolução dos espaços onde se observam tendências de convergências – aumento da homogeneidade social entre os espaços – e persistência, ou mesmo agravamento das desigualdades entre esses mesmos espaços, quando examinamos o interior de cada pedaço. Não há paradoxo, pois esse movimento contraditório é o resultado da polarização, por meio do qual os extremos se afastam da evolução média do conjunto dos espaços (p. 06).

média em relação ao tipo médio, mas que continua representando cerca de 1/3 dos ocupados que moram nesses espaços.

⁵ Nos espaços operários cai significativamente a densidade relativa da classe média, que passa a estar sub-representada, com exceção dos empregados da segurança, da justiça e dos correios. O operariado representa um pouco menos de 1/3 dos ocupados, e o proletariado propriamente industrial (indústria moderna, indústria tradicional e serviços econômicos auxiliares), 17,5%.

⁶ Os espaços populares-operários apresentam composição semelhante aos do tipo operário, mas com menor presença da classe média e aumento da presença dos operários da construção civil (12,5%) e dos empregados domésticos (12,2%).

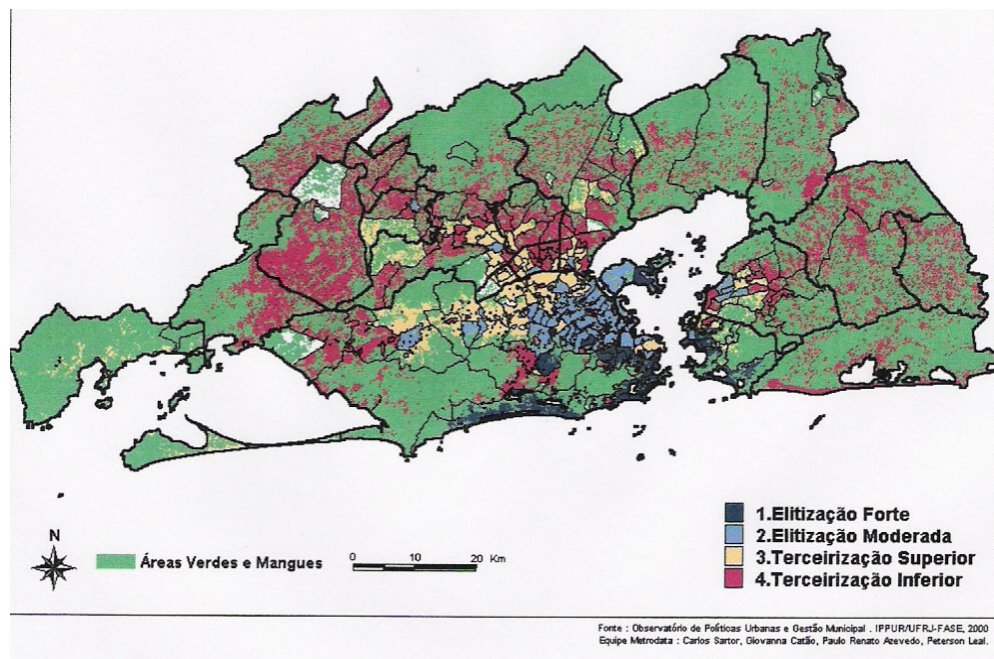
⁷ Nos espaços populares cai a presença do operariado industrial e aumenta ainda mais a presença dos empregados domésticos (16%) e dos prestadores de serviços não-especializados (8,8%). O sub-proletariado e o proletariado terciário representam 55% dos ocupados que moram nos espaços populares.

⁸ Os espaços populares-periféricos diferenciam-se dos demais tipos populares principalmente pela elevada participação da categoria agrícola (6,2%), percentual 5,5 vezes superior ao peso da categoria na estrutura social da metrópole. Também estão sobre-representados os operários da construção civil, os biscateiros e os empregados domésticos. É o tipo com a menor participação das ocupações “médias” (Passim).

À exceção da questão da existência ou não de paradoxos no processo de fragmentação do tecido sócio-espacial urbano, apropriar-se-á a noção das hierarquias na escala intra-urbana. Isto porque alguns trechos (fragmentos) do referido espaço tornam-se homogêneos em relação ao entorno (também se prefere não falar de enclave, tendo em vista que se trata da mesma formação social, embora manifestando na paisagem urbana seu caráter contraditório). Ainda que haja verdadeiros ‘bolsões de miséria’ na periferia metropolitana – no caso em foco, a Baixada Fluminense – persistem ‘manchas urbanas’, ou ainda, pequenos trechos de espaço urbano construído que abrigam estratos de renda com maior poder aquisitivo.

MAPA 1D

Evolução da estrutura sócio-espacial na MetrÓpole do Rio de Janeiro (1980/1991)



O mapa 1C ilustra a existência de manchas do tipo Médio (Médio superior, Médio e Médio Inferior) em municípios como Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias. Já em Queimados aparecem pequenos trechos classificados como do tipo Operário e Popular. Ao contrapor o referido mapa com a tabela 1.1.4., podem-se inferir algumas considerações importantes: (i) no conjunto de municípios da Baixada Fluminense, o maior percentual de pessoas de 18 a 24 anos com acesso ao

curso superior, ou seja, que atende à pré-condição de acesso ao mesmo (são portadoras do diploma do ensino médio expedido pelo MEC), são: Nilópolis (8,11%), Seropédica (4,85%), Nova Iguaçu (4,59%) e Duque de Caxias (4,09%). Possivelmente tais percentuais refletem o total da população absoluta dos municípios, já que, em termos absolutos, Nova Iguaçu tem mais pessoas que concluíram o ensino médio que Seropédica, fato este ilustrado na tabela 1.1.5; e (ii) a presença das manchas ou espaços dos tipos Médios e Operários nos municípios supracitados e que, portanto, buscam na escolarização uma forma de ascensão social e colocação no mercado de trabalho.

Tabela 1.1.4. Municípios da Região RMRJ - (% de pop. com acesso ens.sup.)

	Município	Percentual de pessoas de 18 a 24 com acesso ao curso superior, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos e mais com acesso ao curso superior, 2000
[1]	Belford Roxo (RJ)	2,31	1,14
	Duque de Caxias (RJ)	4,09	1,76
	Guapimirim (RJ)	3,01	2,08
	Itaguaí (RJ)	4,54	1,85
	Japeri (RJ)	0,99	0,94
	Magé (RJ)	2,47	1,31
	Nilópolis (RJ)	8,11	2,96
	Nova Iguaçu (RJ)	4,59	2,29
	Paracambi (RJ)	5,1	2,31
	Queimados (RJ)	1,49	1,18
	São João de Meriti (RJ)	3,8	1,75
	Seropédica (RJ)	4,85	3,15
	[2]	Tanguá (RJ)	2,16
Itaboraí (RJ)		2,49	1,57
Mangaratiba (RJ)		3,72	2,49
Maricá (RJ)		5,4	3,67
Niterói (RJ)		28,39	16,45
São Gonçalo (RJ)		5,99	2,63
Rio de Janeiro (RJ)		16,51	8,92

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2005

[1] Municípios pertencentes à Baixada Fluminense;

[2] Demais municípios integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Cabe acrescentar que o potencial de demandantes dessa nova modalidade de serviço – o educacional – existe e, em certa medida, não deve ser desprezado. No ano 2000, 4,59% da população entre 18 e 24 anos em condições de acesso ao curso superior (tabela 4.1.5) correspondia em termos absolutos a cerca de 5.600 pessoas (4,59% de 121.963 pessoas). Levando-se em conta que a parcela concluinte do ensino médio

corresponde à população que, por suposto, tem poder aquisitivo entre alto e médio-baixo, a demanda engendrada pelas novas necessidades criadas pelo mercado de trabalho, em termos de qualificação, pressiona esse segmento a buscar o ensino superior como alternativa para ampliar as chances de se colocar – ou manter-se – no mercado de trabalho.

O mapa 1D acrescenta possibilidades de compreensão do fenômeno de expansão da UNESA. Ao ilustrar a existência de espaços com graus de elitização forte a moderada em Queimados, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias, coincidentemente municípios da Baixada Fluminense que atualmente possuem *campi* da Universidade Estácio de Sá, pode-se colocar como possibilidade a correlação existente entre o fenômeno da elitização e a localização de *campi* da UNESA nesses municípios. Note que esta informação é apenas correlativa.

Por conseguinte, tal fato abre a possibilidade de entender-se a existência de um segmento possuidor de maior poder aquisitivo e, pela mesma razão, grupo capaz de financiar seu próprio ensino superior nos municípios da Baixada Fluminense onde a UNESA instalou-se.

Por fim, as atuais políticas governamentais no sentido de concessão de bolsa de estudo aos alunos carentes através do PROUNI⁹ lançam novas questões sobre a lacuna da demanda pela educação superior. Ainda que se trate de um projeto recente iniciado pelo governo Lula, o PROUNI abre a expectativa para as Universidades não-públicas (incluem-se aí as privadas *stritu sensu*, privado-filantropicas, e institutos superiores confessionais ou não) para o alargamento da demanda. Por isso mesmo merece breve consideração.

Ao utilizarem como critério de acesso ao programa de concessão de bolsas de estudo os proventos familiares (até três salários mínimos *per capita*, levando-se em conta o total de membros da família), o histórico de permanência e conclusão de estudos em escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio e as notas obtidas no ENEM, reforçam o processo de empresariamento da educação sem questionarem as bases e as necessidades de reformulação da coisa pública. Vejam mais alguns desdobramentos dessa política:

⁹ O site http://prouni.mec.gov.br/prouni/inf_est.shtm disponibiliza informações sobre as condições, os prazos e a filosofia do programa “Universidade para Todos”.

Tabela 1.1.5. - Dados sobre população absoluta – Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)					
Município	População total, 2000	População de 18 a 22 anos de idade, 2000	População de 23 a 24 anos de idade, 2000	População de 25 anos ou mais de idade, 2000	
[1]	Belford Roxo (RJ)	434474	42959	15624	221189
	Duque de Caxias (RJ)	775456	75313	27544	404761
	Guapimirim (RJ)	37952	3743	1385	19189
	Itaguaí (RJ)	82003	8215	3038	41945
	Japeri (RJ)	83278	8439	3237	39879
	Magé (RJ)	205830	19704	7186	105774
	Nilópolis (RJ)	153712	14469	5309	88481
	Nova Iguaçu (RJ)	920599	89567	32396	486341
	Paracambi (RJ)	40475	3635	1300	23241
	Queimados (RJ)	121993	12373	4547	60818
	São João de Meriti (RJ)	449476	44064	15760	243176
	Seropédica (RJ)	65260	6447	2304	33589
	[2]	Tanguá (RJ)	26057	2767	1031
Itaboraí (RJ)		187479	18799	7207	97592
Mangaratiba (RJ)		24901	2333	815	13631
Maricá (RJ)		76737	6967	2484	43476
Niterói (RJ)		459451	42492	15637	284669
São Gonçalo (RJ)		891119	85511	31837	507185
Rio de Janeiro (RJ)		5857904	535847	199140	3511498

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2005

[1] Municípios pertencentes à Baixada Fluminense.

[2] Demais municípios integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Primeiramente, sob a alegação de tratar-se de uma política inclusiva – pois facilita o ingresso do estudante cujo ganho familiar encontra-se no limiar da sobrevivência, ou ainda, o estudante cuja família é pressionada pelos crescentes aumentos das tarifas públicas (aumento no custo de vida) – reforçam o processo de transferência líquida de recursos do setor público para o privado. Além disso, não se oferece uma contrapartida coerente, ainda que no plano discursivo, para a retomada de investimentos em infra-estrutura física e humana (ampliação e modernização de laboratórios das IES públicas, abertura de novos concursos para ampliar e suprir as necessidades operacionais para o funcionamento pleno dos cursos de graduação e pós-graduação, além do incentivo à pesquisa científica e tecnológica), salvo as parcerias público-privadas.

Segundo, torna o ENEM um parâmetro para aferição de qualidade do ensino médio. Tal fato é problemático, dada a diversidade cultural, regional ou mesmo, na escala intra-urbana, entre os segmentos da população de baixo poder aquisitivo que trabalham no período diurno e cursam o ensino fundamental e médio no período

noturno e aqueles cujas famílias têm possibilidades de sustentar os jovens, sem que precisem ingressar precocemente no mercado de trabalho.

Terceiro, com a flexibilização curricular das IES privadas e a criação de cursos politécnicos de curta duração (em média, dois anos e seis meses), abre-se o financiamento público de bolsas de 100% para os referidos cursos ou para cursos de curta duração, sob a alegação da necessidade de ‘preparação rápida’ para ingresso imediato ao mercado de trabalho para jovens de poder aquisitivo médio e baixo. Às graduações tradicionais de duração mais prolongada, conceder-se-ão bolsas de parciais. Todavia o financiamento aos cursos dessa modalidade não ultrapassam 50% do valor total da mensalidade.

Acertadamente Neves (2004) foca a questão que, segundo ela, é o pano de fundo do debate: a diluição das fronteiras entre o público e o privado. Atribui-se ao ministro do governo FHC, Bresser Pereira, a ‘paternidade’ da ideologia apresentada pela autora no trecho a seguir e, lamentavelmente, reproduzida pelo governo Lula:

Tanto o ministro Tarso Genro como o secretário executivo do MEC, Fernando Haddad, um dos proponentes dessa modalidade de parceria prevista nos documentos do Banco Mundial na Secretaria de Planejamento, sustentam a necessidade de suprimir a idéia de que existem diferenças entre a educação pública e a educação privada, visto que ambas atendem ao “interesse público”. Nos termos do secretário executivo: “Nós pretendemos quebrar um muro que separa hoje as instituições privadas das públicas, aproximar os dois sistemas com benefícios mútuos [...] Ou seja, estamos pensando agora o setor em termos sistêmicos, e não mais de forma compartimentada, sem coesão e sem coerência interna.

Essa perspectiva é também defendida pelo ministro: “O papel que as universidades privadas vão ocupar no ensino superior brasileiro vai ser definido por essa relação que nós estamos estabelecendo com eles e pelo conteúdo da reforma da universidade. Por isso que as duas coisas são inseparáveis. Essa reforma não é somente da estrutura pública, é uma reforma da relação público-privada a partir do critério do interesse público. E esse movimento é um movimento inicial [...]

O estabelecimento privado, que tem fins mercantis, e a universidade pública e gratuita passam a ser um único sistema e, *naturalmente* [grifos da autora], ambas deverão possuir o mesmo direito de receber recursos do Estado, desde que atendam aos requisitos do sistema de avaliação e que tenham “compromisso social”. O “Pacto da Educação para o Desenvolvimento Inclusivo”, ao prever editais para a aquisição de vagas indistintivamente para as universidades públicas e privadas, operacionaliza esse propósito. Mais amplamente, a encomenda de vagas “públicas” nas instituições privadas é um passo incomensurável no apagamento da fronteira entre o público e o privado. Com as PPP (Parcerias Público-Privadas) existirá um único sistema indiferenciado e, “dada a maior eficiência do setor privado”, logo o fornecimento “público” por meio das privadas alcançará uma proporção tal que tornará as matrículas das universidades públicas

minoritárias dentro do que seria, outrora, a esfera pública, agora redimensionada como pública não-estatal. O secretário Haddad é direto quanto ao lugar secundário das públicas: ‘Da mesma forma que, se houver espaço orçamentário, nós temos que ampliar as vagas das universidades públicas’ ” (p.20).

Referências bibliográficas

CADERNO ANDES. Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira. 3. ed. atu. rev. Brasília: Andes, n.2, 2003.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Oxford: Blackwell, 1991.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) Reforma universitária: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

RIBEIRO, Luis César de Queiroz. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: -----. Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004. p. 17-40.